

# Uso e Pureza em Tratados Metalingüísticos Sobre o Português nos Séculos XVII e XVIII

---

Werner Thielemann  
Universidade Humboldt de Berlim

## Resumo

O presente artigo, além de se endereçar à evolução das noções de *bom uso* e de *pureza da língua* dos séculos dezessete e dezoito, trata do esforço despendido nos tratados metalingüísticos pelos especialistas — gramáticos e ortógrafos da língua portuguesa —, para chegarem a uma norma culta e de prestígio. Com a passagem do império do latim ao idioma nacional, cresce visivelmente a consciência da estratificação sócio-dialetal da língua. No que se refere à escolha do registro a ser visto como padrão, são os fatores externos à língua (descobertas portuguesas, União Ibérica, Corte, Academias, modelo do Latim) que, no fim, tornaram-se decisivos.

**Palavras-chave:** séculos XVII e XVIII, norma lingüística, uso, pureza.

## Abstract

Besides addressing the evolution of the concepts of 'right use' and purity of the language in the seventeenth and eighteenth centuries, this article is about the efforts made by grammarians and experts of the Portuguese language in order to distinguish a norm and prestigious variant. With the passage of the institutions from the Latin empire to the national language, the awareness of socio-dialectal estratification of the language has visibly grown. In the process of choosing the variant to be taken as the norm, the decisive factors are, in the end, external to the language (Portuguese discoveries, Iberian Union, Corte, Academies, Latin model).

**Key words:** XVII – XVIII centuries; linguistic norm; usage; purity.

## Résumé

Le présent article, au delà de l'évolution des notions de *bon usage* et de *pureté de la langue* au XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles, traite de l'effort déployé dans les traités métalinguistiques par les savants — grammairiens et orthographes du portugais — pour arriver à une norme cultivée et de prestige. Avec le passage des institutions de l'*Empire* du latin à l'idiome national, la conscience de la stratification socio-dialectale de la langue s'accroît visiblement.

En ce qui concerne le choix de registre déclaré langue-modèle, ce sont les facteurs extérieurs à la langue (Découvertes portugaises, Union Ibérique, Cour, Académies, modèle du latin) qui, finalement, s'avèrent décisifs.

**Mots-clés :** XVIIe – XVIIIe siècles; norme; bon usage; pureté.

## 1. Introdução

Em toda a Europa, a época chamada *Época Moderna* e iniciada com o *Renascimento* é caracterizada por uma transição maciça do latim às línguas vernaculares. A substituição do latim, porém, não ocorre em todos os domínios, mas sim, em áreas sumamente importantes para o progresso econômico e intelectual da sociedade. Paralelamente à subida do prestígio das línguas vernaculares, são também as reflexões sobre a norma-padrão, a fala de prestígio, o tratamento de *uso* e *pureza* que vão ganhando peso. Convém chegar a uma forma lingüística que corresponda ao *prestígio da nação* e ao *prestígio da corte real*. Convém, por um lado, chegar a um modelo não estigmatizado pela crítica de *corruptio*, comparado ao latim e, por outro lado, um modelo de alto prestígio que não desça às baixezas de dialetos e da fala da plebe (*plebs*). Tal fenômeno europeu se reflete também em Portugal, mas com a particularidade de que o desenvolvimento do português como idioma nacional vai sendo influenciado — e de modo decisivo — por eventos políticos externos à língua (Sprachexterna). Já durante os *descobrimientos*, da criação do *império português*, a pressão sobre a língua, em qualidade de sistema, foi grande. O idioma deve se adaptar, social e culturalmente,<sup>1</sup> a situações extremas de estranheza. Aquela pressão sobre o idioma nacional, porém, vai ainda aumentar durante a usurpação da *coroa portuguesa* por Castela, durante a *União Ibérica*. Neste período, o fenômeno se torna *pressão existencial*.

Há, todavia, ainda a situação adstrática com o latim. A língua-modelo e língua de prestígio das sociedades medievais e sociedades do *Renascimento* é o latim. Particularmente, o poder universal da Igreja e das doutrinas eclesiásticas asseguram por muito tempo a supremacia do latim. Mais tarde, na *União Ibérica*, aparece o perigo de substituição do português pelo castelhano, o perigo de castelhanização da sociedade nacional para, depois, na época da *Restauração*, ceder o lugar a uma visão historicista, visão que lingüisticamente fica indecisa se — seguindo razões de prestígio — o modelo-padrão vai se mover de modo etimologizante rumo ao modelo do latim ou se deve buscar os critérios do padrão no próprio país, com grupos sociais policiados e/ou nos modelos literários. Ainda mais tarde, o *Ilumi-*

---

<sup>1</sup> E está se adaptando!

nismo faz-se acompanhar da visão de historicidade dos acontecimentos. Enquanto na época dos *Descobrimientos* eram ainda os dogmas da Igreja que dominavam a visão, no *Iluminismo* a visão usual para o *Estado* e a *Sociedade* está imbuída da idéia de *Progreso*. Tal orientação vale também para a área da língua.

## 2. A importância do uso para o modelo-padrão da língua

A descrição lingüística, e isso é válido também para o português da *Época Moderna*, não começa no ponto zero, mas já tem uma valiosa tradição greco-latina.<sup>2</sup> A gramática portuguesa se baseia nessa tradição greco-latina. Daí a escolha do *uso* como fundamento da descrição gramatical. A escolha do uso significa orientar a gramática no sentido de que é uma *Arte* (*Ars*).<sup>3</sup> A *Arte* tem menos a ver com uma *gramática científica* do que com a *arte profissional*, quer dizer, a redução da grande quantidade de materiais que existem na fala, no contínuo sócio-dialetal a uma forma “ensinável” e “aprendível”. *Ensinável e aprendível* no sentido que aquela grande quantidade de materiais com base na fragmentação sócio-dialetal da língua em Portugal e no Império será reduzido a uma forma sistematizada, uma forma que contenha linhas diretrizes baseadas em analogias e linhas diretrizes reforçadas (mas que já antes estavam projetadas na gramática inerente ao oral). Assim, a gramática que é *Arte*, que é redução e arranjo, que é sistematização e “analogização”, está a caminho de se tornar também ciência. Não é, todavia, ciência desde o início, em bases racionalistas, mas resulta numa ciência por via de sistematização, de “analogização” e de ordem organizada dentro da “nebulosidade desorganizada” anterior. Os doutos da língua tentam e alcançam *reduzir a complexidade de língua e linguagem* a um sistema ordenado e que depois se pode tornar *sistema normativo*.

O aspecto da *norma* é, portanto, outro *eixo fundamental* dentro desse sistema. A *norma* baseia-se no *uso*, embora não no uso em geral, mas num uso determinado, um *uso social*.<sup>4</sup> O *uso social*, já com Nebrija se define como: “seguir el uso de los doctísimos varones”. E também Quintiliano

---

<sup>2</sup> Até hoje, Chomsky diz que a gramaticografia e a descrição lingüística começam só com ele. Isso é uma pretensão arrogante que parece difícil ultrapassar. É um desprezo total pela tradição greco-latina passando pela tradição européia e que só um representante de um país que tem uma atitude perturbada perante a história porque só possui uma história com pouco mais de 200 anos e que pensa contornar os valores históricos de milhares de anos de cultura humana negando-os simplesmente.

<sup>3</sup> Cf. Santos, (2005:4-5).

<sup>4</sup> Cf. Santos (2005:5).

já teve a doutrina de *uso elitista*, preferindo não o uso da multidão, mas o uso dos sábios ou o costume dos *homens doutos e poderosos*.

Superest igitur *consuetudo*: nam fuerit paene ridiculum malle sermonem, quo locuti sint homines, quam quo loquantur. et sane quid est aliud vetus sermo quam vetus loquendi consuetudo? sed huic ipsi necessarium est iudicium, constituendumque in primis, id ipsum quid sit, quod consuetudinem vocemus. quae si ex eo, quod plures faciunt, nomen accipiat, periculosissimum dabit praeceptum non orationi modo, sed, quod maius est, vitae: unde enim tantum boni, ut pluribus quae recta sunt placeant? igitur ut velli et comam in gradus frangere et in balneis perpotare, quamlibet haec invaserint civitatem, [...] non erit consuetudo, quia nihil horem caret reprehensione [...] sic in loquendo, non si quid vitiose multis insederit, pró regula sermonis accipiens erit [...] Ergo consuetudinem sermonis vocabo consensum eruditorum, sicut consensum bonorum.<sup>5</sup>

Ora, é menos a *ratio* que está influenciando a redação de gramáticas do que o *uso* dum a camada social determinada e que não é a camada social baixa. Na *Época Moderna* e já antes — e não só na França (Vaugelas) — o uso é orientado à *Corte*, o que com vários autores vale também em Portugal (Lôbo, Contador de Argote, Bluteau). Não seguir a multidão quer dizer preservar o modelo-padrão da *corruptio* a que o sujeita a ignorância (cf. Santos 2005:4). Essa noção da *corruptio*<sup>6</sup> e a *ignorância* (a citação do “povo idiota”) está estreitamente ligada às diferenças culturais na estrutura vertical da sociedade. A *corruptio* e a *ignorância* do “povo idiota” são signos claros de

---

<sup>5</sup> (Quintiliano 1972: I, 6,43 – 45) O que fica é o uso: pois seria quase ridículo preferir a má fala dos homens do tempo à fala dos homens de hoje. E o que é a fala velha senão o uso velho de falar? Mas é justamente nisso que se necessita o julgamento, constituindo-se primeiro o que seria aquilo a que vamos chamar *uso*. Se tal uso tem o seu nome conforme aquilo que faz a maioria, dará um preceito perigosíssimo, não para a oração, mas, e o que é mais, para a vida: de onde, com efeito, chegaria tanta quantidade de bom se agradasse à maioria o que é correto? Tal como a depilação ou os festins nos balneários, porque nada disso fica sem ser criticado, assim no falar nada se há-de ter por uso uma coisa porque a faz a maioria, [...] não haverá uso, que com efeito, nunca sofra repreensão assim na fala nada se tomará como regra o que o povo falar de inculto, senão para eliminar a fala inculta do povo [...] Pois, chamarei *costume* e uso da linguagem ao consenso dos sábios, ao modo como chamamos costume de viver ao consentimentos dos bons. (tradução minha — Th.)

<sup>6</sup> Tão deplorada pelos doutos da língua e estreitamente ligada às diferenças culturais entre as várias camadas da sociedade.

que o modelo-padrão a estabelecer deve ser o modelo correspondente ao *uso das camadas sociais mais altas*, pois, será um *modelo de elite*.

Neste contexto, é claro que num momento de unificação das Coroas de Castela e de Portugal, na *União Ibérica*, com a Corte de expressão castelhana em Toledo e Madrid, o modelo padrão da língua portuguesa fique extremamente em perigo. Se esse modelo do português for baseado no uso das camadas sociais mais elevadas, então corre o risco de se ver substituído pelo do castelhano.

### 3. O relacionamento com o latim

Um dos pontos *centrais* da discussão sobre a língua vernacular é a elaboração e a evolução do vernáculo e a relação deste com o latim. A questão sobre em que medida a proximidade com o latim é critério de “boa língua”, torna-se constante e surge, tal como relatado em Briesemeister, já em 1498, num concurso no Vaticano entre os embaixadores de Toscana, França, Castela e Portugal. A maior proximidade, quer dizer, maior concordância e conformidade do idioma nacional em relação ao latim será o critério decisivo.<sup>7</sup>

Sociolinguisticamente, na Idade Média, até o terço final do século XVIII, existe uma situação adstrática, primeiro bastante estável, entre o latim e a língua vernacular. Houve uma distribuição funcional dos dois idiomas nos domínios de *fala* e *escrita*, sendo porém evidente que na poesia e em textos notariais, o português prevalece desde o século XIII, continuando, não obstante, sendo o latim a língua de prestígio. O latim é a língua clássica dos doutos e permanece estavelmente ligado à educação universitária e aos *Colégios* das Ordens. O surto social da burguesia, particularmente da burguesia comercial, vem alterar a situação: são as camadas sociais que não dispõem de educação latina redigindo cada vez mais textos de caráter social. Isso resulta certamente numa situação em que o latim continua como língua de prestígio, mas que, fora da Igreja e da Universidade, já não se funciona de forma plena. Mesmo o *Santo Offício* terá que usar a língua vulgar nos seus deploráveis processos. O povo não sabe latim, ficando o latim uma língua reservada à camada culta.

Todavia, a *prática* — conversação em língua vulgar — não é de maneira alguma homogênea: é mesmo impossível supor tal estado porque, por um lado, o uso da língua vulgar está se distribuindo sobre várias camadas sociais e, por outro lado, tal uso não é controlado por vigilância normativa, seja de instância, seja de obra normativa. Se Camões escreveu *Os Lusíadas* em língua vulgar, tratou-se, no entanto, de uma língua de distanciamento

---

<sup>7</sup> Cf. Briesemeister (1998:31).

(Abstandssprache) em relação à verdadeira língua do povo na capital ou na província, sendo o estilo clássico do *Camões* épico sumamente latinizante. Camões apresenta uma língua vulgar latinizada que, tal como concebida n' *Os Lusíadas*, não era possível generalizar e declarar como modelo, porque não seria compreendida. Os homens das *camadas menos educadas* não dispunham das condições culturais necessárias para tanto. Filomena Gonçalves caracteriza o problema do uso da língua vulgar muito justamente quando fala de "separação explícita [de] dois usos" (Gonçalves 1992:63), de um *uso culto* e de outro *uso vulgar*.

O critério do uso (*consuetudo*) é particularmente curioso, uma vez que ainda é mais aleatório que o anterior (pronúncia — Th.), desdobrando-se em duas vertentes: o uso do vulgo e o dos doutos. A diferença entre um e outro reside no facto de o *vulgo* não entender as regras da ortografia, ao passo que ou *doutos* (nem todos) pronunciavam correctamente, apesar da distância entre o que está escrito e o que, efectivamente, é pronunciado. (Gonçalves 1992:63)

A época do paralelismo entre *humanismo latinizante* e *humanismo vulgar* deve ser avaliada como época cheia de dúvidas, de contínuas decisões, de concorrência de modelos possíveis, de decisões sobre qual das línguas (vulgar ou latim) seria a mais apta para a escrita nacional. Tal situação concorrencial, situação adstrática entre o vulgar e o latim, perdurou em Portugal quase dois séculos deixando traços mais profundos do que em outros países de língua neolatina.

#### 4. O relacionamento com o castelhano – submissão ou distância

Tal como o português, o castelhano, devido a circunstâncias externas à língua, havia se desenvolvido em grande língua de cultura na Península Ibérica e fora dela, situação que não escapou aos gramáticos portugueses:

Os Castelhanos, & os affeiçoados a sua lingoa se jactaõ que por a elegancia & excellencia della, he comum a muitas naçoẽs que a entendem, e fallaõ como na mesma Hespanha, em Italia, & nos stados de Flandes, & ainda os Mouros que a tem por sua algemia, [...] (Nunes do Leão 1864:84-85).

Observou-se em partes da *Corte*, e já antes da União com Castela, a preferência pelo castelhano. As razões de tal fenómeno são detalhadamente explicadas em Martínez González (2001):

Cuando el castellano, que con el paso del tiempo se había convertido en una influyente lengua de cultura, se extiende por la Península, el vecino país no se ve ajeno a esta expansión; en Portugal se inicia a mediados del siglo XV una corriente castellanizante que encuentra apoyo en los matrimonios reales de los príncipes portugueses con princesas españolas; éstas llevaron al país vecino un numeroso séquito, en el que junto a las damas de compañía, casadas luego con nobles portugueses, había religiosas que ocuparon las sedes más importantes. Tal corriente castellanizante alcanzó al clero y a la nobleza, y el resultado fue la organización de una corte muy españolizada, pues desde 1496 hasta 1578 la corte portuguesa, que giraba en torno a las reinas de origen castellano, tuvo que hablar castellano. (Martínez González 2001:232–233).

Durante a *União Ibérica*, a prevalência do castelhano se tornou quase doutrina oficial. A perda da *Corte* em Portugal não só leva à perda do centro político e cultural, mas também o idioma português perde o seu estatuto de língua de prestígio. Quem frequentar a Corte em Toledo ou em Madrid terá que se exprimir em castelhano. Quem quiser obter prestígio de poeta, terá que ir à Corte de Castela. É ali que vai encontrar o público apto a validar sua obra. Terá que rimar em idioma de *Corte de Castela*, idioma de prestígio, terá que rimar em *Lengua del Império*, escrever em castelhano. Em suma, quem quiser subir na escada social, terá que se afiliar à Corte de Castela.

Además, muchos cultos habían elegido la lengua castellana quizá por añoranza de la unidad lingüística latina o por nostalgia de una armónica unión cultural hispánica, [...] a esto había que sumar la dificultad existente para dominar el latín, factor que colaboró en la elección del castellano como lengua común. (Martínez González 2001:233).

Tornam-se, assim, tanto mais admiráveis aqueles que têm a coragem e a consciência nacional, continuando a sustentar o português e empenhando-se em manter o idioma nacional. Fazem parte deles tanto Duarte Nunes do Leão como Francisco Rodrigues Lôbo. Com cautela, sem dúvida, mas também sem equívoco algum, Duarte Nunes do Leão exprime as suas vistas:

Ja que demos razão porque a lingoa Castellhana se estende tanto, e para onde, razão he, que liuremos de calumnia a nossa a que tam estreitos termos dão. E manifesto he que como entre todas as nações que no mundo ha, nenhuma se alongou tanto de sua terra na-

tural, como a nação Portuguesa [...] *In omnis terram exiuit sonus eorum, et in finis orbis terrae verba eorum.* (Nuns do Leão 1864)

Ele não está disposto, nem no que diz respeito à qualidade do idioma nem ao seu prestígio, a aceitar para o português um estatuto inferior ao do castelhano. Muito pelo contrário, a larga presença do castelhano no Velho Continente será compensada pela presença do português em quatro Continentes, até pelo fato de ser idioma de missão, instrumento da *Propagação da Fé*:

A lingua Portuguesa com razaõ se pode ter em muito, & se chamar ditosa, pois por ella se annunciou & manifestou a tantas gentes, & de tam remotas & estranhas prouincias, a Fè de Nosso Senhor Iesu Christo, & foi causa de se tirarem as erroneas & treuas , em que o mundo viuia. (Nunes do Leão 1864: 87).

Assim, são válidos como fatores externos à língua, não só a Corte e o seu prestígio social. O gramático português refere-se a fatores externos de avaliação difícil, hoje em dia. Como deve-se observar, os representantes das camadas cultas, da nobreza, do clero e dos doutos favorecem o castelhano que é então a língua de prestígio. Tal comportamento, contudo, não pode ficar sem repercussões quanto ao valor social do latim, língua de prestígio.<sup>8</sup>

## 5. O Modelo de antiguidade clássica e os seus efeitos em Portugal

Os gramáticos da antiguidade inspiram-se na busca de parâmetros pelos quais se possa medir a língua vulgar. A orientação da antiguidade clássica para a qual a gramática se situa, particularmente, nos estudos literários, está em vigor em Portugal até metade do século XVIII. Os estudos abrangem primeiro e, em particular, a forma externa e muito menos o ideário, a exegese da poesia. A crítica da forma externa, concentrada, no início em barbarismos e solecismos, reflete-se mais tarde nas *virtutes e vicia dicendi*, tal como podem encontrar-se em Varrão, sendo modelos para Portugal menos os gramáticos gregos do que as doutrinas da *latinitas* de Quintiliano.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Cf. 5.1. A situação de concorrência leva à disputa sobre qual delas merece mais estima, implicando porém o problema de o domínio do latim já estar em declínio notável nas camadas política e economicamente dominantes.

<sup>9</sup> Cf. Quintiliano (1988:1, 6,1-46).

### 5.1. O interesse pelas línguas vulgares

Desde o tempo do *humanismo vulgar*, a abertura às línguas vulgares e o interesse dos doutos pela gramática se focalizam em questões de categorização, de adequação e da norma-padrão. A língua vulgar não continua existindo como conjunto confuso de variedades, mas sim, como sistema de regras. Visto o empenho em redigir obras de qualidade na língua vulgar, torna-se indispensável explorar também, o prestígio da língua. Os doutos retomam as doutrinas clássicas, interpretando-as com respeito aos fins da época. Assim, a alteração do léxico, ligada estreitamente às noções de *usus* e *puritas*, tal como apresentadas pelas autoridades Horácio, Varrão e Quintiliano. É ensinada nas *classes de Retórica* dos Colégios, mantendo-se assim viva.

### 5.2. Grafia correta (*ορθογραφία*)

Um problema estreitamente ligado à *puritas* e que já ocupou os gregos, e depois da Itália, também Portugal, é o da grafia correta e aconselhada (ortografia). O que se torna complicado é quando as imagens fônicas consideradas modelos estão em contradição com a grafia. Este problema resulta da adaptação da língua pelo povo, da chamada *corruptio*.<sup>10</sup> A *corruptio* é devida à língua vulgar, e ela se mostra, em particular, em reduções fônicas (*Verschleifungen*) de todas as matizes (síncopes, negligências na articulação das vogais, lenição céltica) e em outras características mais. Tudo isso são processos que, também em português, resultam em mudanças das imagens fônicas e que várias vezes já foram apresentadas.<sup>11</sup> Como sempre, quando há clivagem marcada entre dois pólos, entre a *língua vulgar* (fragmentada dialetalmente) e a *língua literária*, convém compensar a clivagem entre elas, convém adotar a norma modelo que, depois, se inclina mais para um lado (vulgar) ou mais para outro (literário).

Aqueles que, em Portugal, tentam conformar a ortografia portuguesa com a pronúncia da língua vulgar, declarando-a modelo, vão se encontrar só a partir de meados de setecentos: Verney (1746) e Monte Carmelo (1767). Antes disso, a contradição entre os dois pólos fica reconhecida, mas os gramáticos não têm a coragem de conduzir a língua literária rumo ao modelo vulgar. Em Portugal, sobretudo, tal caminho deve ser *reconhecido como particularmente difícil por causa das constelações políticas durante a União Ibérica* quando o português correu o perigo de se tornar dialeto do castelhano. Esse fato já se pode ler em Bluteau, na sua defesa do *Grande Dicionário*:

---

<sup>10</sup> A longa discussão das várias categorias de *corruptio* com Duarte Nunes do Leão (1864:22–34).

<sup>11</sup> Cf. Thielemann (1999b), também Machado (1945), Huber (1933).

Tambem houve quem com rustica simplicidade me disse, que não merecia a lingua Portugueza tanto trabalho. A razão deste disparate he, que na opinião da maior parte dos Estrangeiros, a lingua Portugueza não he lingua por si, como he o Francez, o Italiano, &c. mas lingua enxacoca, & corripçam do Castelhana, como os Dialectos, ou lingoagens particulares das provincias, que são corripçoens da lingua que se falla na Corte, & cabeça do Reino, [...] (Bluteau 1712–1728, Prologo).

Mais do que outras línguas, o português tem que prestar atenção para manter-se reconhecido como língua,<sup>12</sup> testemunhadas aquelas pelo efeito de modelo, pela polícia, pela nobreza de linhagem e pela existência de *Corte*: “As boas palavras, as boas pronúncias, deviam corresponder o mais exactamente possível às línguas modelos [...]”.<sup>13</sup> Daí o empenho de eliminar a clivagem entre o *uso observado* (*consuetudo*) e o *uso exigido* (*preceito*), aproximando-se o modelo da língua literária o mais possível ao latim. No fundo, o português modelo devia se tornar uma forma latinizada ocultada. Tal opinião já se encontra em Nunes do Leão e Contador de Argote,<sup>14</sup> mostrando eles como, com pouco esforço, a poesia portuguesa se podia ler em poesia latina.

Enquanto Contador de Argote demonstra largamente em que o português é diferente do latim, caracterizando o português, já no seu título, como “espelho da língua latina”, é Madureira Feijó (1734) que inicia a notação de *erros, erratas e abusos e emendas*, já iniciada por Duarte Nunes do Leão, mas que com Madureira Feijó, se torna um princípio, um progresso importantíssimo, estabelecendo-se para a lingüística um leque de testemunhos de estados lingüísticos, avaliados como corretos pelos doutos da época. Madureira Feijó começa a diferenciação entre o *uso do vulgo* e o *uso plebeu*. Mais tarde, em Monte Carmelo, o sistema se amplifica. Cria-se a uma rede abrangente de diferenças sócio-dialetais, que formam a base do aparelho metalexical (particularmente, António de Moraes Silva (1789)). Todavia, a diferenciação entre o *uso modelo* e o *uso errado* resulta em conclusões bastante variadas durante o século XVIII.

Madureira Feijó, em Gonçalves (1992), é categorizado como representante do rumo etimologizante. Encontra-se, na sua obra, muitos mais exemplos em favor da etimologia do que de concessão ao *uso real*, uma gra-

---

<sup>12</sup> E não ser considerado dialecto do castelhano.

<sup>13</sup> Machado, em: Leão (1945:105).

<sup>14</sup> Cf. Duarte Nunes de Leão (1864:91), sobretudo também Contador de Argote (1725.)

fia conforme à pronúncia. Comportamento diferente se registra com Monte Carmelo: já o título fala de *ortografia* e *ortologia*. Isto é programa.<sup>15</sup> Mesmo que pouco se saiba sobre Monte Carmelo para se chegar a conclusões sobre as fontes da sua obra,<sup>16</sup> é provável que Monte Carmelo tenha feito parte dos universitários protegidos pelo Marquês de Pombal, e que isso tenha sido a razão do ódio que os adversários do Marquês desenvolveram contra ele. Mas tudo isso, até hoje, são meras presunções. Será correto afirmar que a obra de Monte Carmelo tem valor histórico apenas para o estudo do português em setecentos? Ainda hoje é difícil avaliar. Correto é afirmar que o aparelho metalingüístico de Monte Carmelo fez avançar imensamente a descrição do léxico, a lexicografia portuguesa. Mesmo que escrita pelo ensino dos Jesuítas, a obra concorrente de Madureira Feijó será decisiva para a ortografia portuguesa ainda durante o século XIX, alcançando, pelo menos, 25 edições.

## 6. Pureza e uso correto no léxico

Outro aspecto estreitamente ligado à visão histórica, como também à “boa língua”, é a *pureza*, conceito ligado à doutrina de mudança do léxico, do seu progresso, do nascimento, da criação e elaboração de noções e termos, tal como da decadência e morte das palavras. Domina aqui uma metáfora biológica: a língua e o léxico se comparam a uma árvore, árvore no andamento das estações do ano: o ressurgimento das folhas na primavera<sup>17</sup> e a queda<sup>18</sup> no outono, com a aproximação do inverno. A imagem é conhecida e utilizada por todas as nações européias. Baseia-se na definição clássica do *uso* com Horácio:

Multa renascentur quae iam cecidere, cadentque quae nunc sunt in honore vocabula, si volet usus, quem penes *arbitrium est et ius et norma* loquendi. (Horácio 1972: 8).

---

<sup>15</sup> Compendio de orthografia, com sufficientes Catalogos, e novas Regras, paraque em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portuguesa.

<sup>16</sup> A única coisa que é conhecida, é que ele vem do norte (o que quer dizer que conhece muito bem as particularidades dialectais do Norte), que ele se chama membro da *Mesa Sensória* mas que em 1769 ele já não faz parte da nova *Mesa Censória* e que redigiu a nova edição da História da Universidade de Coimbra. Informações detalhadas sobre ele ainda não foram encontradas nos arquivos da Universidade de Coimbra.

<sup>17</sup> A criação de neologismos.

<sup>18</sup> A decadência, o envelhecimento de palavras.

Se Vaugelas escreve: “L’usage est le maître des langues” (Vaugelas 1647, prefácio) ele se baseia da mesma maneira em Horácio que Rafael Bluteau em Portugal (1729) quando declara: “O uso é o melhor árbitro”<sup>19</sup> ou Cândido Lusitano (1773) que fala do uso como “árbitro soberano” (Freire 1842: 6).

Aspecto complementar à classificação diacrónica do léxico é a classificação dos lexemas conforme aos níveis de estilo, que, desde a antiguidade — e conforme a classificação latina em *genus sublime*, *genus medium* e *genus infimum* — se costumavam diferenciar em *sublime*, *médio* e *baixo*. Aquela doutrina é muito viva em Portugal<sup>20</sup> e se transmite através das épocas da evolução de língua e do património escrito, mesmo com pesos e avaliações que diferem. De novo, as metas lingüísticas são influenciadas, de modo bastante forte, por fatores externos à língua.

Em seguida, observa-se o progresso, o desdobramento das doutrinas de *uso* e *pureza* em Portugal, considerado em quatro etapas: *início* do século XVII, *fim* do século XVII, *primeiro terço* do século XVIII e *fim* do século XVIII, servindo-nos de Francisco Rodrigues Lôbo: *Corte na Aldeia* de (1619), os escritos de Bluteau (1696 e 1729) como representante da *Academia dos Generosos*, de Madureira Feijó (1734) com a sua *Ortografia* tal como de Cândido Lusitano: *Reflexões sobre a língua portuguesa* (1773/1842) e do *Dicionário poético* (1794).

#### 6.1. As máximas de prática com Francisco Rodrigues Lôbo (1619)

Se se destaca aqui a *Corte na Aldeia* de Francisco Rodrigues Lôbo, é porque é uma obra que já no título, e com premeditação, indica os factores externos do desenvolvimento lingüístico, relativos à usurpação da Coroa de Portugal por Castela. Ora, é conforme aos fatores externos à língua que resultam as exigências de qualidade e de pureza do português. O *Diálogo nove* da *Corte na Aldeia* intitulado “Da prática” e do uso da disposição das palavras discute, de modo detalhado, questões de uso do vernáculo e, em particular, o *falar próprio*. A tônica é pela fixação de regras de conversação e de comportamento.

Os *preceitos*<sup>21</sup> que se dão — diferentemente dos preceitos minuciosos dos *pedantes* — são bastante *gerais e* abrangentes. No primeiro, se diz que dever-se-ia falar *adequadamente, vulgarmente e com propriedade* (Lôbo 1945:175), ficando por esclarecer o que tal preceito abrange. Leonardo, o protagonista que exprime a opinião do autor, diz a este respeito:

---

<sup>19</sup> Bluteau (1729)

<sup>20</sup> Cf. Ramalho (1999:1090)

<sup>21</sup> Em Lobo a grafia vulgar: *preceitos* e não *preceptos*.

Falar vulgarmente [...] é qual os melhores falem e todos entendam: sem vocábulos estrangeiros, nem esquisitos, nem inovados, nem antigos e desusados, senão comuns e correntes, sem respeitar origens, derivações, nem etimologias; que a linguagem mais pende do uso que da razão [...]. (Lôbo 1945: 175)

Com isso já se pode inferir aquilo que será considerado *pouco adaptado* ou *inadaptado*. O autor recomenda que nos sirvamos de palavras usuais e que sejam compreensíveis pela comunidade, que evitemos palavras afetadas, isto é, eruditas, estrangeiras, em particular castelhanas, que evitemos neologismos ou palavras antiquadas que se encontram fora do uso. Em tais grupos estão classificadas as *viciosas* e os *erros* (Lôbo 1945:175-177). A afirmação sobre o *falar próprio* é clara:

O falar próprio é com palavras naturais e menos figuras de retórica para ornamento delas [...]. (Lôbo 1945:176)

Durante a *União Ibérica* quando havia o perigo de que o português se tornasse dialeto do castelhano, os peritos da língua preferiram desistir de todo ornamento supérfluo, de toda âncora de prestígio. Prefere-se a palavra natural. É fácil interpretar esta tendência no quadro sociolingüístico. O farol dos sábios da língua é o vulgar, já que se deve evitar uma *deriva* (*shifting*) rumo ao castelhano e, por outro lado, não seria muito engenhoso aproximar a norma do latim. Aquela camada social que sabe o latim orienta-se majoritariamente pela Corte castelhana, de modo a que o latim pode se tornar a ponte para a língua do usurpador. Aproximar a norma escrita portuguesa do latim contribuiria, automaticamente, para a assimilação do castelhano, enquanto que nesta conjuntura política é a *corruptio* da língua vulgar que vai garantir um distanciamento maior. Quem, pois, prefere a distância, deve optar pela variante que também garante o distanciamento do latim. Se os sábios da língua procurassem aproximar-se da língua de prestígio, do latim, o idioma nacional teria de sofrer a assimilação invisível e lenta do castelhano.

O que, além disso, se recomenda sociolingüisticamente é a orientação sobre a língua das mulheres. O grupo social das mulheres justifica-se, porque elas, normalmente, costumam ficar no país e, assim, seriam menos expostas à *corruptio* lingüística (do castelhano) do que os homens. Tal afirmação se diferencia em muito da de Vaugelas (1647) que dava a preferência à língua das mulheres, porque elas não sabiam nem grego nem latim e deste modo não podiam entrar no pedantesco. Além disso, Vaugelas se orientava sobre o modelo da língua elitista das damas dos salões, enquanto que Rodri-

gues Lôbo vê as mulheres como mães, como mediadoras da língua pátria e isso não sem razão! De fato, é verdade que existe uma camada de damas que deixa Portugal, a saber, aquelas damas que vão à Corte de Castela. Elas, em caso nenhum, vão fixar os modelos a seguir. O português e o castelhano estão tão próximos um do outro, e as interferências que o castelhano exerce sobre o português são tão grandes, que a língua de pessoas que freqüentem quotidianamente a Corte de Castela, não poderá constituir modelo. Assim, o modelo-padrão só pode ser formado por aquelas mulheres que ficam no país:

[...] por isso se chama lingua materna porque nas mulheres que menos saem da pátria, se corrompe menos o uso do falar comum, pôsto que elas saibam pouco da razão de seus princípios. (Lôbo 1945: 175)

O que parece interessante é a contradição que se desenvolve entre o *uso* e os seus princípios segundo os quais as mulheres não nada sabem. Seguir *cegamente* o *uso* (*consuetudo*) é o princípio; a explicação para que o *uso* seja tal como é, não se deve exigir às mulheres. O *uso* é o árbitro que se deve aceitar:

[...] êsse [o uso — Th.] só é fundamento e razão das palavras: e assim não diremos *leixou*, *trouve*, *dixe*, *ca*, *sicais*, *acram*, *leidisse*, e outros vocábulos de que usaram autores gravíssimos de cujos escritos podemos aprender a perfeição da linguagem Portuguesa. E bastou o contrário uso para nesta parte poderem seguir os que agora escrevem e falam bem. (Lôbo 1945:180).

Tal opinião encontra-se quase diametralmente oposta aos períodos seguintes, nos quais o *uso recomendado* (em particular a *grafia*) é orientado pelo étimo: com Rodrigues Lôbo, todavia, é o *uso vulgar* que continua dominando.

A decisão sobre o valor da palavra depende só do uso. Palavras, também as com raiz latina, podem cair, podem ser eliminadas: *laetitia* > *ledice* ou *leidisse* ou *acram* > *agro* (cf. Machado 1990:I,153). Em tais casos, a autoridade deve ceder o passo. Mesmo que os cientistas se orientem na maioria dos casos pelas autoridades (que figuram como guardiães da pureza), mesmo que os cientistas estejam descobrindo a perfeição da linguagem nas *autoridades*, o *uso* continua a ser a lei superior da língua. É preciso orientar-se por aqueles contemporâneos que sejam considerados como aquele que sabe falar e escrever bem.

Não é raro que as palavras antigas se destaquem como signos portadores da *dignidade* e do *ornamento*, mas cujo uso não devia ser exagerado:

Verba a *vetustate* repetita non solum magnos adsertores habent, sed etiam adferunt orationi maiestatem aliquam non sine delectatione: nam et auctoritatem antiquitatis habent et, quia intermissa sunt, gratiam novitati similem parant. sed opus est modo, ut neque crebra sint haec nec manifesta, quia nihil est odiosius adfectatione, [...].<sup>22</sup>

Bluteau compara as palavras às famílias que têm a sua *nobreza* e a sua *antiguidade*, mesmo que a idade leve consigo o *desdém*:

Tem as palavras, como as famílias, a sua *nobreza*, e a sua *antiguidade*; mas com esta diferença, que de ordinario perdem as palavras com a sua *antiguidade* a sua *nobreza*, ficam expostos a injustos, e lastimosos despezos. (Bluteau 1729:4).

O *uso* contínuo do vocábulo faz com que as palavras percam em valor e brilho: tal como as moedas usadas que já não têm nada de atrativo e que, por isso, não merecem muito interesse, assim também as palavras terão que ser substituídas por novas e por palavras de maior prestígio. Trata-se de exercer mais controle sobre o léxico, polí-lo. Um dos meios de aumentar tal controle é a *relatinização*. Duarte Nunes do Leão que não se exprime *expressis verbis* a favor da *relatinização*, segue, contudo, a tendência geral, declarando os estados históricos da língua *corruptio* e eliminando os lemas antigos em favor de formas mais próximas do latim. Oferece uma escolha de vocabulário interessante<sup>23</sup> que confirma a sua doutrina: *aquecer* vs. *acontecer*; *aprisoar* vs. *prender*; *lídimo* vs. *legítimo*,<sup>24</sup> *sagería* vs. *sabedoria*; *gançar* vs. *ganhar*; e também *acimar* vs. *acabar*, *agro* vs. *campo*, etc. Já Quintiliano advertiu sobre o *abuso* de palavras antiquadas:

At obscuritas fit verbis iam ab usu remotis, ut si commentarius quis pontificum et vetustissima foedera et exoletus scrutatus auctores id

---

<sup>22</sup> Quintiliano (1972:I, 6,39-40): A repetição de palavras vestustas não só tem grandes admiradores, mas confere à oração também majestade e alguma coisa de encanto, pois tem a autoridade da antiguidade e, como o uso delas é intermitente, parecem ter os ornatos da novidade. Mas é necessário que nunca sejam muitas nem sejam manifestas, já que a afectação é odiosa [...].

<sup>23</sup> Nunes do Leão (1874:71-73).

<sup>24</sup> Tal enumeração toca o problema famoso das *formas duplas* em português.

ipsam petat ex his, quae inde contraxerit, quod non intelligentur. Hic enim aliqui famam eruditionis affectant, ut quaedam soli scire videantur. (Quintiliano 1988:VIII, 2,12).<sup>25</sup>

Mas nem sempre a renovação é aceita. Há doutos que receiam empobrecer a língua, constituindo, a seu ver, a cópia de palavras uma qualidade maior.<sup>26</sup> Não surpreende que a morte de palavras não seja considerada fenômeno natural, mas sim, perda. Perda em particular, nos casos de palavras com grande valor expressivo. Bluteau já trata disso, enumerando expressões arcaicas como *hoste* de lat. *ostium* em vez de *arraial* (campo), *lidar* em vez de *pelejar*,<sup>27</sup> *bacinete* em vez de *casco de ferro* ou *trons* em vez de *bombarda* (canhão). Vai, polemicamente, defendendo as palavras antigas: elas seriam mais efetivas e mais expressivas do que aquelas que lhes sucederam. Não é por acaso que as associa à força de Hércules.

[..], he as palavras que tambem se represaentaraõ como aneis, ou fuzis da cadea, que sahia da boca de Herkules, symbolo da eloquencia, eraõ muito mais efficazes na sua primeira origem; do que as que successivamente inventaraõ a cortezania, e a lisonja. (Bluteau 1729: 4).

De novo se refere ao valor expressivo das palavras antigas, a sua justeza e o seu estado de “verdes”, consistindo nisso a virtude particular delas. Costumam confrontar-se *moleza*, *falta de justeza* e *falta de verdade* observadas nos vocábulos das épocas ulteriores (épocas atuais):

As palavras dos antigos eraõ claras como a luz, e ellas mesmas eraõ luzes, emanadas do sol da verdade. (Bluteau 1729:4).

Daí ser mais lamentável e surpreendente se tais palavras saírem do uso. Portanto, aqui, frente ao uso, a vontade individual fica impotente. Como as palavras, porém, foram substituídas, a perda fica compensada. Mas, seguem-se outros doutos, como Cândido Lusitano, que entendem ter sido a

---

<sup>25</sup> Ora, a obscuridade se produz por palavras inusuais e antiquadas, tal como se alguém fizesse o comentário dos pontífices e de vetustíssimos convênios, e escrutasse textos de autores já esquecidos e neles procurasse isso, e justamente só isso que não se entende. De facto, há pessoas que affectam erudição de modo a que pareça existirem assuntos que só eles sabem. (tradução minha — Th.)

<sup>26</sup> Às vezes, a língua portuguesa se defende frente ao castelhano com tal argumento que o português disporia de igual riqueza em palavras e meios expressivos como a língua do vizinho.

<sup>27</sup> ao lado de *luctar*, nesta grafia exigida por Feijó (1739:377).

língua antiga mais copiosa do que a língua contemporânea. Cândido Lusitano, na linha tradicional de Contador de Argote, destaca, em particular, as palavras portuguesas formadas por derivação, constatando que, tal como noutras línguas, se tentou enriquecer o léxico português por derivação sistemática.

Assim, Antônio Melo da Fonseca: *Antídoto da língua portuguesa* (1710), que propõe um considerável número de neologismos: *enorme* > *enormescer*; *astucia* > *astuciar* (Cf. Freire 1842:IIIª parte, 61). Cândido Lusitano não rejeita por completo tal caminho, mas, antes, propõe palavras caídas em desuso e que anteriormente foram úteis. Com respeito ao neologismo derivacional do *Antídoto*, ele declara:

Prouvera a Deus que houvera estes verbos, porque cresceria a riqueza da nossa linguagem; mas o que eu mais quizera era que injustissimamente não se dessem por antiquadas muitas palavras de seculo para seculo, sem mais rasão que a de um cego capricho, inspirado pelo espirito da novidade, que anima aquelles que, pelo estudo das línguas estrangeiras, despresam a propria. (Freire 1842, 3ª parte: 61).

É com um olhar crítico que ele vê alterar-se o idioma nacional devido ao acolhimento de estrangeirismos, em particular galicismos, fenômeno ocorrido na segunda parte do século XVIII. Os galicismos começaram a se tornar um escândalo para os adeptos da cultura nacional, conscientes do problema da língua. Mais tarde, as *Guerras Napoleônicas* e o levantamento da Nação contra a soldatesca francesa vão converter a tendência anti-francesa em defesa lingüística contra o francês.

Monte Carmelo,<sup>28</sup> outro ortografista de setecentos, preocupa-se, ele também, com as palavras antigas. É, portanto, menos discreto, sendo as suas classificações mais rigorosas. Ele é mais liberal quanto ao acolhimento de palavras antigas e antiquadas, o que lhe vale críticas e escárnio por parte de conservadores. É, todavia, o primeiro em Portugal a apresentar um inventário metalingüístico abrangente para classificar o léxico.

---

<sup>28</sup> Compendio de orthografia, com sufficientes Catalogos, e novas Regras, paraque em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portuguesa [...] (1767).

## 6.2. O ideário de uso e pureza

Foi o italiano Castiglione — *Il libro del Cortegiano* (1508) — quem, durante a época do *Renascimento*, primeiro ligou as idéias de língua ao comportamento socialmente adequado. Em Portugal essas idéias são recebidas marcadamente antes de França. Até hoje tal fato ainda não foi apreciado de modo suficiente nem historicamente integrado. Ora, não é Portugal que aprende em Vaugelas que “l’usage est le maître du langage”, mas sim, Rodrigues Lôbo que já em 1619 na *Corte na Aldeia* discute largamente as idéias de “Bon usage” que se encontram em Vaugelas só em 1647. O “Bon usage” em Portugal sofre, todavia, grandes mudanças.

No entanto, a época da *Corte na Aldeia* em Portugal acaba no fim do século XVII ou, o mais tardar, no século XVIII. A corte, após a *Restauração* em 1640, estabeleceu-se de novo em Lisboa e com o fim da *Hispanomania*, a vida cultural da metrópole vai de novo de vento em popa. A instalação das primeiras *Academias* mostra que as perdas culturais da *União Ibérica* vão sendo compensadas. Enquanto na época, no século XVII, o estilo pomposo do gongorismo influenciava muito a poesia portuguesa (*Fénix Renascida*), já muito antes do movimento da *Arcádia* se estabelece a exigência de formas sóbrias e mais modestas para o português.<sup>29</sup>

Portugal é rico. A camada culta dispõe de uma educação alta e conhece os modelos europeus de *bienséance* e *distinção*. Isso é válido não só para o comportamento e a moda mas igualmente para a *prática / conversação* e a poesia. Ora, a França é o modelo de *bienséance*, de comportamento social, de máximas de conversação e de gosto literário. Quando o Conde de *Menezes*, o mais tardar em 1696, decidiu traduzir a *Arte poética* de Boileau, a obra, embora não existisse em forma impressa (a impressão só se dá em 1793), vai circular em cópias, e supostamente alcança as agremiações cultas e as *Academias* que, conforme o espírito da época, se fundam em todas as partes de Portugal. Aqueles que se propõem a aprimorar a expressão se nutrem de duas ou três fontes: primeiro, o contato com a cultura do *Grand Siècle* em França; segundo, as turmas de Retórica nos Colégios (dos *Jesuítas*, mais tarde dos *Oratorianos*) e, terceiro, as trocas contínuas com a Itália, seja com portugueses que se demoram pela Itália, seja com a Corte ou outras instituições que contratam Italianos para trabalhar em Portugal.

Assim, os círculos culturalmente dominantes em Portugal ficam muito bem informados sobre as exigências que, no quadro geral europeu, se ligam aos conceitos de *uso*, *pureza* e *língua culta*.

---

<sup>29</sup> Tal tendência vale sobretudo para o Padre Antônio Vieira.

### 6.3. Uso e autoridade

Um outro aspecto consiste no empenho de comparar continuamente a língua vulgar com a língua culta, o latim, e de conquistar para o vulgar, a qualidade de “língua boa” e de prestígio tal como a do latim.<sup>30</sup> A majestade da língua e o assunto tratado terão que se corresponder mutuamente. As opiniões sobre como alcançar a qualidade lingüística são, portanto, diferentes, no que respeita ao sistema e no que respeita às condições externas nas quais o idioma se desenvolve.<sup>31</sup> Tal constatação verifica-se em dois níveis. Por um lado, nas pretensões da *prática* (discurso) e na orientação das obras prescritivas; por outro lado, no ideário no qual se baseiam os autores de textos meta-lingüísticos e nas obras normativas (dicionários, ortografias, gramáticas).

No que diz respeito à *prática* (discurso) e, particularmente, aos homens polidos da sociedade, é muito antes de Vaugelas e com referência a autores antigos, que se ressalta, em Portugal, a importância de, na *prática*, usar só o léxico usual e adequado. Duarte Nunes do Leão serve-se da metáfora biológica da neve, que leva à morte das ervas: “*Hora niuium iaculatrix adueniens regionem herbis defectam reddidit.*” Não falta tampouco a famosa comparação de Quintiliano entre as palavras e as moedas.<sup>32</sup>

[...] Marco Fabio Quintiliano, grande mestre de fallar, interpondo nesta materia seu juizo nos admoesta, que de palavras antigas, & dasacostumadas nos guardemos. E que nos ajamos com ellas, como com as moedas que se buscão para gastar, nem se tomaõ que as correntes, & que todos acceptaõ.” (Nunes do Leão 1864: 94)

Esta orientação constitui a base de regras para escolha do léxico. Usando Nunes do Leão a mesma fonte antiga, as conclusões terão que ser iguais aos preceitos redigidos por Vaugelas:

[...] as (palavras — Th.) que tem authoridade & estão recebidas. Sendo a principal virtude e requisito das palauras, a propriedade e a clareza dellas, [...] (Nunes do Leão 1864:94).

Há duas vertentes de reflexão sobre o léxico: por um lado as palavras antigas e antiquadas e, por outro lado, a relatinização tal como iniciada pelo

---

<sup>30</sup> Ao contrário, a *emulatio*, o empenho de ultrapassar o latim, diferentemente da França, nunca é tão enfatizado em Portugal.

<sup>31</sup> São sobretudo os fatos externos lingüísticos que, a nosso ver, mereceram pouca atenção, até hoje.

<sup>32</sup> Também mencionado em Briesemeister 1998.

*Humanismo vulgar*. O resultado são regras pouco claras sobre que palavras escolher na *prática* e de fixar na *Ortografia*<sup>33</sup> (Duarte Nunes do Leão; Madureira Feijó, Monte Carmelo); dicionários (Bento Pereira; Rafael Bluteau, Santa Rosa de Viterbo) e gramáticas (Contador de Argote).

No que diz respeito à *normativização*, é bem conhecido o papel destacado da *auctoritas* na redação de gramáticas e dicionários, de tratados que pretendem ser descritivos, mas também normativos. A língua vulgar, porém, deve ser tratada com cautela no que diz respeito à normatividade: a consistência do terreno é incerto e complexo. Existem muitos critérios internos e externos que influenciam a decisão do douto sobre a norma e as regras. A dificuldade de escolher a forma-modelo é bem conhecida:

[...] formas que actualmente situaríamos no domínio da linguagem popular ou regional surgem-nos classificadas, na Orthografia, como vícios ou erros. (Gonçalves 1992:63)

Como os parâmetros metalingüísticos fazem falta e como não existe nenhuma obra de regras normativas, será a *auctoritas* que terá que guiar as regras descritivas de *Arte grammaticae*, *ortografia*, *dicionário* e *vocabulário*. Os autores receiam aplicar a título pessoal regras normativas.<sup>34</sup> Um exemplo característico disso é Madureira Feijó. Como não tem a coragem de fixar uma regra para a língua vulgar, transfere a decisão para fora, tomando-a do latim.<sup>35</sup> Justifica o recurso argumentando que não seria possível, servindo-se dos autores clássicos, chegar a regras certas de uso: “[...] que como o *topava inconstante* não pode servir de regra [...]” (Madureira Feijó 1734:132, § 3)

O modo usual de estabelecer regras é um modo indireto. Funciona através de citação de autores reconhecidos, isto é, de autoridades. Depois, as possibilidades são esgotadas: ou o gramático é capaz e tem vontade de reduzir os fenômenos do idioma a regras ou ele vai praticar o método didático — e usual então no ensino do latim — isto é, abstrair as regras do contexto, aprender a aplicação no exemplo. Seja como for, a coluna vertebral das *Artes grammaticae*, dicionários e vocabulários, é formada pela coleção de exemplos.

---

<sup>33</sup> A *Ortografia* como obra prescritiva. Em Portugal publicam-se *Ortografias* de posição intermediária entre ortografia e dicionário. Como na época ainda não se tem ortografia estável, é impossível escrever com acerto. O empenho dos ortógrafos consiste em propagar grafias normativas e também em registrar palavras e explicar o seu significado e/ou agregar equivalentes em latim. (Thielemann 1999: 1176-1178)

<sup>34</sup> Quando decidem fazer isso, as reações podem ser muito negativas para elas, veja-se as sátiras sobre Monte Carmelo que certamente durante o século XVIII foi aquele que de maneira mais decisiva exerceu a formulação de regras.

<sup>35</sup> O que, além disso, é um procedimento bastante astuto, já que no mesmo momento está aumentando o prestígio da variante proposta.

A vantagem dos exemplos — e que não deve ser menosprezada — consiste no fato dos exemplos (tirados de *auctoritatem*) permanecerem inatacáveis, autoridades “insofismáveis” segundo diz Filomena Gonçalves (1992:99).

Para os dicionários, a situação é comparável. Desde Bluteau se observa um empenho para a definição de “*conditio sine qua non*” para o termo dispor de significado independente em língua vulgar. O empenho, porém, fica o mesmo como na fase do latim: mostrar que o *termo vulgar* é apto enquanto equivalente, para traduzir com justeza um texto de Cícero, Horácio ou Sêneca, de Plínio, Tácito ou Prisciano. Mesmo quando o significado do termo se tenha tornado independente, ele mesmo funciona, portanto, como *espelho da língua latina* (cf. Contador de Argote 1725). O português vai adquirindo a função de *língua culta* como *espelho do latim*: os conteúdos a formular terão que satisfazer lingüisticamente as exigências que existem para o texto latino. É uma situação particular: o português reveste-se da função de língua de prestígio, mas ao preço de já não ser um idioma de uso genuíno. Tem que imitar o latim, aquele idioma que deve substituir. Não foi todavia Bluteau, no século XVIII, o sábio mais ativo para realizar tal ideal, mas, antes, doutos como Contador de Argote e Madureira Feijó. No entanto, eles somente desenvolveram, e de modo conseqüente, o ideário dos gramáticos que os precederam. O ideal, em si mesmo, já é antigo e já vinha formulado nas regras de Gândavo em 1574:

[...] Pois se quereis ver a língua de que é mais vizinha, e donde manou, lede a arte de gramática da língua portuguesa que o mesmo João de Barros fez, e o mesmo podeis ver no livro da Antiguidade do Mestre André de Resende, onde claramente se mostra que com pouca corrupção deixa de ser Latina. (Gândavo 1574)

Com Bluteau, se encontra algo mais que não se pode explicar com a transferência da cultura romana: ele também está empenhado em latinizar o mundo das coisas e o mundo civilizatório para além do estado alcançado pelos romanos. O seu dicionário é o dicionário interlingual dos Jesuítas.<sup>36</sup> Esse dicionário serve a duas vertentes funcionais: por um lado, é um dicionário de língua, mas, por outro lado, a sua tarefa consiste em melhorar o domínio do latim. O que Álvarez foi para a gramática, Bluteau o será para a expressão, nomeadamente, com base na dicção: Bluteau contém correspondências em latim formadas a partir do português. Isso é novo: adaptar o latim à cultura do século XVIII..

---

<sup>36</sup> Concebido segundo os planos de Furetière e em vários aspectos também o equivalente do dicionário de Trévoux.

Bento Pereira (1641) foi um dicionário reversível, a direção língua vulgar — latim baseava-se sobre a parte latim — língua vulgar. Bluteau, contudo, traduz o português para latim (na medida do possível, citando autoridades ao equivalente latino).<sup>37</sup> Assim, o português de novo se mede pela autoridade do latim, mesmo que o rumo seja o da língua vernacular para o latim. Continuam funcionando como metas de avaliação os exemplos de Cícero e Horácio. Mostra-se nisso a autoridade contínua da antiguidade romana no início do século XVIII. A dominância do latim que continua como meta de todas as coisas e, em particular, do *uso culto*. Todo o restante é pouco aceitável como modelo. A reorientação definitiva só se fez com as reformas de Pombal, com Cândido Lusitano que, conseqüentemente, vai ancorar a *auctoritas* de *Bom uso* nos clássicos do século XVI.

## 7. Observações finais

Poder-se-ia chegar à impressão de que o português pertence às línguas mais próximas do latim. O estado lingüístico atual, todavia, é só o resultado de uma luta de vários séculos para encontrar a norma, a pureza e o “bom português”. Basta um olhar à história para provar que justamente a língua portuguesa ficou sujeita a desenvolvimentos longos, mais controversos e mais complexos do que as outras línguas neolatinas. O que contribuiu muito para esse estado de coisas foram os *fatores externos* à língua cuja pressão fez com que os parâmetros de língua-padrão, as metas de *uso* e *pureza*, sempre se alterassem continuamente. O nosso empenho foi encontrar um quadro abrangente que pudesse explicar algumas dessas mudanças, os altos e baixos das visões de um *bom uso* e da *pureza* da língua.

### Referências Bibliográficas:

- ARGOTE, Jeronymo Contador de. 1725. *Regras da lingua portugueza: espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. Lisboa: Oficina da Musica.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. 1984. *Historiografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- BLUTEAU, P<sup>o</sup> Rafael. 1712–1728. *Vocabulario Portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos, [...]*, Coimbra: Comp. de Jesus.
- \_\_\_\_\_. 1729. *Prosas Portuguesas Recitadas em Diferentes Congressos Academicos pelo Padre D. Rafael Blutaeu [...]*, Lisboa Occidental: Da Sylva.

---

<sup>37</sup> cf. Thielemann (1999a:1170).

- BRIESEMEISTER, Horst. 1998. "Portugiesisch und Lateinisch. Humanismus und Sprachbewußtsein in Portugal im 15. und 16. Jahrhundert". In: Martin Hummel; Christina Ossenkop (eds.) *Lusitana et Romanica: Festschrift für Festschrift Woll*, Hamburg: Buske, p. 29-40.
- CASTIGLIONE, Baldassare. 1998. *Il libro del Cortegiano*. Torino: Einaudi [1508].
- FEIJÓ, João de Moraes Madureira. 1739. *Orthographia, ou Arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa*, Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues.[1734].
- FONSECA, António Melo da. 1710. *Antídoto da língua portuguesa*. Lisboa.
- FREIRE, Francisco José. 1759. *Arte poética ou regras da verdadeira poesia em geral*. Lisboa.
- \_\_\_\_\_. 1794. *Dicionário poético, para o uso dos que principiaõ a exercitar-se na Poesia Portuguesa: Obra igualmente util ao orador principiante*, Lisboa: Oficina de Simão Thaddeu Ferreira [1765].
- \_\_\_\_\_. 1842. *Reflexões sobre a língua portuguesa*. Lisboa: Soc. Propagadora dos Conhecimentos Úteis. [1773]
- FURETIÈRE, Antoine. 1690. *Dictionnaire Universel: Contenant generalement tous les Mots François tant vieux que modernes & les Termes des Sciences Et Des Arts ... ; Le tout extrait des plus excellens Auteurs anciens et modernes*. Rotterdam : Leers.
- GÂNDAVO, Pero Magalhães de. 1574. *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da língua Portuguesa, com um Diálogo que adiante se segue em defenas da mesma língua*. Lisboa: António Gonçalves.
- GONÇALVES, Maria Filomena. 1992. *Madureira Feijó, Ortografista do século XVIII. Para uma história da ortografia portuguesa*, Lisboa: Ministério da Educação.
- HUBER, Joseph. 1933. *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg: Carl Winter.
- LÔBO, Francisco Rodrigues. 1945. *Côrte na Aldeia*. Lisboa: Sá da Costa. [1619]
- MACHADO, José Pedro. 1945. "Introdução" zu Duarte Nunes de Leão: *Origem da Lingoa Portuguesa*. Lisboa: Pro Domo, p. 1-223.
- \_\_\_\_\_. 1990. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 vols., Lisboa: Livros Horizonte.
- MARTÍNEZ GONZÁLEZ, Antonio. 2001. "De Espanha nem bom vento nem bom casamento". In: Werner Thielemann (ed.) (2001), p. 229-264.
- MONTE CARMELO, Fr. Luiz do. 1767. *Compendio de orthografia, com sufficientes Catalogos, e novas Regras, paraque em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia*,

*e Prosódia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portuguesa [...]*. Lisboa: Galhardo.

— MORAES SILVA, António de. 1789. *Diccionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa: Typographia Lacerdina.

— NUNES DO LEÃO, Duarte. 1864. *Origem e Ortografia da lingua portugueza. Obra util e necessaria, assim para bem escrever a lingua Portuguesa, como a Latina, e quaesquer outras que da Latina tem origem: com hum tractado dos pontos das clausulas. Nova edição, correcta, e emendada, conforme a de 1784*. Lisboa: Typographia do Panorama.[1606].

— PEREIRA, P<sup>e</sup>. Bento. 1741. *Prosodia in Vocabularium bilingue, latinum, et lusitanum*, 3 vols. Évora: Typ. Academiae [1711].

— QUINTILIAN, Marcus Fabius. 1988. *Institutiones oratoriae, Libri XII / Ausbildung des Redners, zwölf Bücher*. Hrsgg. und übers. v. Helmut Rahn. Darmstadt: Wiss. Buchgesellschaft.

— RAMALHO, Américo da Costa. 1999. "Humanismo em Portugal", In: Sybille Große / Axel Schönberger: *Dulce et decorum est philologium colere. Festschrift für Dietrich Briesemeister*. Berlin: DEE, vol. 2, p. 1085–1095.

— SANTOS, Isabel Almeida. 2005. "Usus/ consuetudo, auctoritas, ratio: A legitimação da actividade gramatical e os fundamentos da linguagem nos autores do séc. XVIII". In: Thielemann, Werner (ed.).

— SARAIVA, António José de.; LOPES, Óscar. 1985. *História da literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora / Coimbra: Liv. Arnado; Lisboa: Fluminense.

— SIEBENBORN, Elmar. 1976. *Die Lehre von der Sprachrichtigkeit und ihren Kriterien – Studien zur antiken normativen Grammatik*. Amsterdam: Grüner B.V.

— THIELEMANN, Werner. 1999a. "Wörterbücher im 18. Jahrhundert, ihre Tradition, ihre Wurzeln und ihre Zielstellungen — Bemerkungen zum Wörterbuch von P<sup>e</sup> Raphael Bluteau". In: Sybille Große: Axel Schönberger (eds.) (1999) *Dulce et decorum est philologiam colere. Festschrift für Dietrich Briesemeister zu seinem 65. Geburtstag*, Berlin: DEE, vol.2, p. 1169–1187.

— \_\_\_\_\_. 1999b. "'O português no Século das Luzes': Normvorstellungen und Sprachstand anhand des Compêndio de Orthografia (1767) von Frei Luiz do Monte Carmelo". In: Annette Endruschat; Axel Schönberger (Hrsg.) (1999) *Neue Beiträge zur portugiesischen Sprachwissenschaft*, Frankfurt/M.: TFM, p. 71–104.

— \_\_\_\_\_. 2001. *Século XVIII: Século das Luzes — Século de Pombal*. Frankfurt/M.: TFM.

— \_\_\_\_\_. 2001. "Língua culta — Palavras antiquadas — Plebeísmos. A linguagem e a sociedade portuguesa na época do Marquês de Pombal". In: Werner Thielemann (ed.) (2001): *Século XVIII: Século das Luzes — Século de Pombal*. Frankfurt/M.: TFM, p. 51–97.

- \_\_\_\_\_. 2005. *Século das Luzes: Portugal, Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata*. Frankfurt/M.: TFM (Biblioteca. Luso-brasileira, vol. 23).
- VAUGELAS, Claude Favre de. 1647. *Remarques sur la langue française utiles a ceux qui veulent bien parler et bien escrire*. (Éd. facs. J.Streicher, Paris 1934).
- VERNEY, Luís António. 1949. *Verdadeiro método de estudar*, Lisboa: Sá da Costa [1746].
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. 1962. *Elucidário das palavras, termos e frases que antigamente em Portugal se usaram e que hoje praticamente se ignoram*, Porto: Livraria Civilização. [1798].